

«Enquanto os leões não tiverem historiadores, as estórias de caça serão sempre a glorificação dos caçadores».

(Ditado intemporal da tradição africana – Anónimo)

Não existe, ainda, o suficiente distanciamento temporal para se proceder à avaliação histórica tanto dos últimos anos de conflito civil armado quanto dos fundamentos e vias de solução para as crises surgidas no seio das principais formações e organizações políticas nacionais. Não será, no entanto, temerário afirmar que, com maior ou menor incidência, essas crises tiveram fortes repercussões no tecido social e económico angolano.

O advento de uma época sem hostilidades entre as duas forças militarmente estruturadas no país coloca-nos ante a responsabilidade de olhar – com visão nacionalista – prospectiva e perspectivamente para o futuro, reflectindo sobre as avenidas do processo de democratização angolano e sua praticabilidade.

Estamos ante o desafio do debate, reflexão e mudança e cabe-nos o ónus da procura de caminhos. Aos Angolanos, dentro e fora da pátria, cabe a abordagem sem preconceitos das vias a trilhar. Não basta, por isto mesmo, afirmarmos que as coisas estão mal... Isso seria o regresso à lógica, denunciada pelos leninistas, de «atribuir o absurdo ao adversário para depois criticá-lo vitoriosamente»... Tão-pouco podemos prendermo-nos à premissa de que a nossa inércia é uma sequela da guerra e que, traumatizados, adormeceremos até que gerações vindouras empunhem o facho da mudança.

O que está mal e o que está bem em Angola? Que desafios imediatos e de médio e longo prazo enfrenta a nação? Como garantir a reforma, a democratização e a modernização das instituições? Como assegurar o direito à alternância? Que reflexão deverão fazer os partidos políticos angolanos sobre a sua própria génese, história e futuro, como parte institucional determinante da composição do aparelho de Estado e da estruturação da sociedade civil?

É evidente que abordar questões tão complexas como estas, nas suas múltiplas e plurifacetadas vertentes, implicaria passar os limites impostos à elaboração deste artigo. Apontarei, por isto mesmo, apenas dois ângulos do que considero ser a problemática da modernização e da democratização de Angola: eleições, função e desafios do espaço público mediatizado. Com breves exemplos da recente história de Angola e de África, tentarei explicar as razões subjacentes à minha escolha.

O erro de Jonas Savimbi

A minha memória do recente quotidiano político angolano é marcada por duas imagens que povoam o meu universo de reflexões sobre o país: uma, a de Jonas Savimbi prostrado no Luena, após a sua captura pelas Forças Armadas Angolanas, no início de 2002. Outra, mais retórica e ligada à expressão do que para o líder da UNITA significava a sua «cruzada» de sobrevivência. «If we survive, then things will begin to change around us», isto é, «se sobrevivermos, as coisas começarão a mudar à nossa volta». A expressão é retirada do livro *Jonas Savimbi. A Key to Africa*, do jornalista Fred Bridgland, que, de biógrafo e amigo íntimo do ex-líder da UNITA, passou a seu inimigo e detractor. Enganara-se Jonas Savimbi no seu prognóstico. Os termos actuais para a sobrevivência não são os mesmos que dominaram a política internacional nos anos em que os dois antigos blocos económicos e políticos – assumidos como ideologias antagónicas – se batiam pela hegemonia no mundo. Porventura, enganara-se, também, Fred Bridgland, o biógrafo que voltou costas ao agora desaparecido líder guerrilheiro.

O mundo global, seja ele visto na concepção hiperglobalizadora ou neoliberal transformacionista de Anthony Giddens, varreu completamente a lógica da Guerra Fria e também os fundamentos do apoio que os Estados ocidentais, nomeadamente, os Estados Unidos, conferiam às causas dos que, na década de 80, passaram a ser designados como *freedom fighters* (combatentes da liberdade). Para a história, e apenas para certa história, ficariam as imagens da visita de Jonas Savimbi a Washington, em Dezembro de 1981, naquele que é descrito como o seu maior sucesso

diplomático enquanto líder guerrilheiro. Era à época secretário de Estado norte-americano o general Alexander Haig. Coube-lhe a tarefa de assegurar ao então chefe rebelde que havia maneiras de contornar a Emenda Clark e de ajudá-lo através de fundos que seriam dirigidos para um terceiro país.

Recolhido nas promessas dos seus aliados de outrora e em estratégia e tática eventualmente desajustadas aos ventos de mudança, Jonas Savimbi terá, certamente, percebido muito tarde que a sobrevivência, nesta época, implica o entendimento de que vivemos um período complexo, com duas revoluções simultâneas: uma tecnológica e sobre a qual, obviamente, falaremos nesta reflexão; outra, de ordem económica descrita, também, por filósofos e cientistas políticos contemporâneos, como a segunda revolução capitalista. Caracteriza-se esta, segundo o semiólogo e jornalista Ignacio Ramonet, «pela globalização da economia e pelo predomínio da esfera financeira na economia real. Mas assenta, acima de tudo, nas auto-estradas da informação e nas alterações daí resultantes na esfera da comunicação».

A morte de Jonas Savimbi e o «regresso da UNITA ao Protocolo de Lusaca» catapultaram-nos, insofismavelmente, para o aparente paradoxo de um universo onírico mas real.

Três meses após este acontecimento, ninguém, fora ou dentro de Angola, conseguiu escapar ao *tan-tan* mediático das imagens que captaram alguns episódios daquele momento e tudo o que se seguiu, incluindo o desastre humanitário nas zonas de aquartelamento dos soldados do Galo Negro. Ninguém escapou ao poder magnético desses factos – vulgarmente conhecidos como efeito biombo, pela forma como distraem, concentrando a atenção da «aldeia local» (por analogia com a expressão «aldeia global») e ensombrando factos tão ou mais importantes como o apelo à cidadania e à participação para a mudança.

Os acontecimentos dos últimos meses – militares, políticos, sociais e económicos – sucederam-se a um ritmo vertiginoso, com brutais alterações de cenário, típicas de situações de guerra. Estabeleceu-se, depois, a inércia do pós-guerra, sem que se vislumbrem iniciativas edificadoras de reconstrução, à semelhança do que aconteceu na Europa, no rescaldo da

Segunda Guerra Mundial, com o Plano Marshall. Talvez bastasse um consenso sobre a necessidade da emergência de uma fórmula para um projecto reconstrutivo estruturado e a iniciativa de reunião dos apoios necessários à sua execução, para que as expectativas quanto ao futuro do país se guindassem a um patamar elevado.

Parafraseando o agrónomo francês René Dumont, «(...) a abundância é enganadora, adormece-nos e foge: a miséria é terrível e a fome que se lhe segue arranca-nos demasiado tarde à nossa letargia. Surpreendido, desencorajado, o homem fica sem energia. Se souber prevê-las, pode afastá-las (...)». A expressão, que foi usada em investigação sobre vegetais para alimentação, não deixa de ter pertinência e analogia com situações de carácter político.

Daí a urgência do pensamento definidor e da acção lúcida, em tempos de crise, antes que a realidade nos devore.

Como dizia o politólogo Viriato Soromenho Marques, numa evocação de Hegel, «(...) a história não hesita em manifestar-se aos homens pela pedagogia da tragédia e, como qualquer teoria que julgue ter-se apropriado do sentido profundo e essencial do tempo, acaba por esbater sangrentamente contra a capacidade de criação pletórica do real. A árvore da vida é infinitamente mais rica de possibilidades que toda a rede de hipóteses que a inteligência humana seja capaz de desenhar antecipadamente».

A irreversibilidade da mudança

O acordo assinado em Luanda, em finais de Março, entre as chefias militares do Governo e da UNITA, no Parlamento angolano, coloca-nos perante a irreversibilidade da mudança. É evidente que não basta falarmos sobre a magnanimidade de vencedores e da capacidade de transmutação de vencidos. O pacto subscrito pelos militares, com a óbvia chancela dos políticos, e que obriga a que os soldados regressem ou aos quartéis ou à vida civil, pressupõe, também, o repensar sobre os ensaios da emergente democracia. Com um horizonte temporal limitado para a realização das

próximas eleições, afigura-se pertinente olhar para a função pedagógica e democratizante do espaço público mediatizado.

A realização de eleições nacionais não pode constituir apenas um meio de legitimação internacional dos titulares dos órgãos do Estado. Os exemplos africanos dos anos 80/90 reflectem a imobilidade da lógica monocrática e a total ausência da criatividade associada à alternância de projectos – mesmo nos casos em que novas formações políticas ascenderam ao Poder. *Grosso modo*, regimes autoritários deram lugar a novos regimes autoritários ou/e se registou uma certa liberalização dos regimes antigos, com o objectivo de diminuir a oposição ou mesmo de cooptar as vozes dissonantes.

Não será muito arriscado dizer-se que os acontecimentos das duas últimas décadas, em África, sugerem que os processos eleitorais não asseguraram, de modo nenhum, a transição para a democracia política e social. A lição que, eventualmente, daqui se retira é a de que existe um ciclo de reprodução da crise endémica do Estado, que inibe a utilização de critérios de modernidade e eficácia e impede o desabrochar de valores de boa governação e de prestação de contas.

Talvez por isto mesmo seja imperiosa a definição de regras básicas para o processo político futuro, que passam pela revisão e adequação às novas circunstâncias histórico-políticas, de diplomas fundamentais, designadamente a lei eleitoral e a lei de imprensa – dois instrumentos de capital importância no processo de transição para a democracia.

Parece-me irrealista falar em eleições democráticas quando os principais órgãos de comunicação social – os grandes disseminadores do debate –, TV e rádio, não têm assegurada a independência face ao poder político.

Daí a necessidade da existência de um espaço público de debate onde – como sabiamente dizia a semióloga e cientista política Dominique Wolton – «devem ser abordados, de forma contraditória, os grandes problemas do momento», já que, como adiantava ainda a mesma autora, «este espaço simbólico, inseparável do princípio da publicidade e da secularização, é uma das condições estruturais do funcionamento da democracia».

Esse espaço, onde se fará o tirocinio da democracia, não existe em Angola, uma vez que os media cumprem funções ainda estritamente partidarizadas

e/ou orientadas por interesses de grupo que, em alguns casos, não representam uma ideia de coesão, mas a implosão da nação. Neste contexto, a noção de debate nacional ganha foros de urgência, que suplanta mesmo os apelos das tradicionais ajudas internacionais de emergência.

A importância do «quarto poder»

É evidente que o conflito entre a imprensa e o Poder assume na nossa época uma dimensão bastante complexa. Vivemos numa época de revolução – copernicana, silenciosa – em que se opera a desmontagem do poder vertical, hierarquizado e autoritário para um poder horizontal, em rede e consensual.

Porém, torna-se impossível tapar-se o sol com a peneira... Trata-se apenas de uma questão de tempo. E das duas uma: ou estamos a favor do tempo e da mudança ou estamos contra o tempo, correndo o risco de sermos varridos pela tempestade.

Aos políticos impõe-se que assumam o risco e tenham a sabedoria necessária para entender a urgência e indispensabilidade de espaços públicos de debate aberto e de uma imprensa livre, de um «quarto poder», cuja missão cívica tradicionalmente se reconduz à exposição, ao julgamento e à avaliação públicos do funcionamento dos três outros poderes tradicionais definidos por Montesquieu: o legislativo, o executivo e o judicial.

Contrariando a visão de Montaigne, creio que é a sabedoria, e não a sorte, que estabelece o destino dos homens.